

ISSN 1808-3161

18

Revista do Ministério Público de Alagoas

Janeiro / junho 2007

18

Revista do Ministério Público de Alagoas
Coleção
Direitos & Deveres

Revista do Ministério Público de Alagoas

CONSELHO EDITORIAL

HUMBERTO PIMENTEL COSTA

Promotor de Justiça / Diretor do CEFAF

STELA VALÉRIA DE FARIAS CAVALCANTI

Promotora de Justiça / Secretária Executiva do CEFAF

VICENTE PORCIÚNCULA

Promotor de Justiça / Secretário de Planejamento do CEFAF

GEORGE SARMENTO LINS JÚNIOR

Promotor de Justiça

KARLA PADILHA REBELO MARQUES

Promotora de Justiça

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA

Procurador-Geral de Justiça

Dilmar Lopes Camerino

Procurador-Geral de Justiça Substituto

Lean Antônio Ferreira de Araújo

Corregedor-Geral do Ministério Público

Ubirajara Ramos dos Santos

Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional

Geraldo Magela Barbosa Pirauá

Diretor do 2º Centro de Apoio Operacional

Capa: João Luiz Maia

Fotos: Siloé Amorim

Projeto Editorial: Antonio Carlos Marques da Silva

Catalogado na fonte – Universidade Federal de Alagoas

Biblioteca Central – Divisão de Tratamento Técnico

Revista do Ministério Público/Alagoas/ Ministério Público de
Alagoas, Universidade Federal de Alagoas. Centro de
Ciências Jurídicas - CJUR.- N. 18 (JAN./JUN. 2007) -.-
Maceió : MPEAL : UFAL/CJUR
1999-
n.

Semestral

1. Direito - Periódico. 2. Legislação - Periódico

ISSN 1808-3161

CDU: 34(051)

Colégio de Procuradores de Justiça

Coaracy José Oliveira da Fonseca
Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto
Fábio Rocha Cabral de Vasconcellos
Eduardo Barros Malheiros
Luciano Chagas da Silva
Luiz Barbosa Carnaúba
Carlos Alberto Torres
Francisco José Sarmento de Azevedo
Geraldo Magela Barbosa Pirauá
Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá
Walber José Valente de Lima
Lean Antônio Ferreira de Araújo
Antiógenes Marques de Lira
Arnoldo Petrúcio Chagas
Dilmar Lopes Camerino
Dennis Lima Calheiros
Vicente Felix Correia
Artran de Pereira Monte

APRESENTAÇÃO

Nos presentes dias, dentre as grandes metas do Ministério Público do Estado de Alagoas, encontra-se, sem dúvidas, o aperfeiçoamento funcional de seus integrantes e colaboradores diretos. Nesse contexto, nosso periódico encontra-se em lugar de grande destaque, tendo em vista a qualidade dos artigos publicados.

Assim, torna-se uma satisfação sempre renovada o lançamento de um novo número da já consagrada série, que além do conteúdo acadêmico traz significativa amostra do trabalho jurídico de membros da Instituição, sendo esperado por estudantes de direito e profissionais da área, ávidos por conhecimento.

Neste ano de 2007, através do Centro de Formação e Aperfeiçoamento Funcional – Cefaf, iniciamos, em parceria com a Universidade Federal de Alagoas, o Curso de Especialização em Ciências Criminais. Trata-se de iniciativa de grande valor e há muito aguardada. Acreditamos que os alunos do referido curso poderão, a partir das próximas edições, contribuir com artigos para a nossa revista semestral.

A edição de nº. 18 da **Revista do Ministério Público do Estado de Alagoas** traz discussões interessantes, como

o direito ao estado de filiação, particularidades do encargo alimentar, progressão de regime, liberdade provisória em crimes hediondos, responsabilidade penal da pessoa jurídica, crime organizado etc, todos de grande interesse acadêmico e prático.

Aproveitamos o ensejo para agradecer de forma especial aos membros da Instituição que encaminharam artigos e peças para publicação, demonstrando desprendimento e interesse em colaborar com o Cefaf na organização da revista. Nossos agradecimentos também a todos os colegas do *Parquet* que desempenham suas funções nas mais diversas áreas do direito com garra e determinação, honrando o compromisso assumido perante a sociedade e o Estado brasileiro, transformando obstáculos em estímulos, dignificando nossa Instituição e a atuação ministerial.

Maceió, julho de 2007.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça

Sumário

Apresentação	9
PARTE I Doutrina	11
O ARTIGO 27 DO ECA. DIREITO AO ESTADO DE FILIAÇÃO VERSUS PROJETO DE LEI 1184/2003 – FILIAÇÃO DE CRIANÇAS NASCIDAS ATRAVÉS DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA E O ANONIMATO DO DOADOR – UMA LEITURA SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE Adriana Accioly de Lima Vilela	13
PAI DE CORAÇÃO: O DESPERTAR DO DIREITO PARA O VALOR AFETO Adriana Maria de Vasconcelos Feijó Francisco Caetano Pereira	33
O ATUAL PENSAR JURÍDICO NO ÂMBITO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA RUPTURA E MUDANÇA PARADIGMÁTICA DA PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO Ana Luiza Nogueira de Araújo	47
POR QUE RICO NÃO VAI PARA A CADEIA NO BRASIL? Antiógenes Marques de Lira	67
REGIME REMUNERATÓRIO DAS CARREIRAS JURÍDICAS ESSENCIAIS À JUSTIÇA. O CASO DOS PROCURADORES DO ESTADO E DEFENSORES PÚBLICOS EM ALAGOAS George Sarmento	73
PROGRESSÃO DE REGIME E CRIMES HEDIONDOS José Alves de Oliveira Neto	87
LEI 11.464/2007: LIBERDADE PROVISÓRIA E PROGRESSÃO DE REGIME NOS CRIMES HEDIONDOS Luiz Flávio Gomes	115

PROGRESSÃO DE REGIME E MÁXIMA EFETIVIDADE DA POLÍTICA CRIMINAL BRASILEIRA Luiza Maria de Albuquerque Acioly Valter José de Omena Acioly	119
RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA Marcus Mousinho	127
DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS PARA PRESERVAR A ÉTICA: IRREPETIBILIDADE RETROATIVIDADE DO ENCARGO ALIMENTAR Maria Berenice Dias	149
A ADEQUAÇÃO DO <i>CUSTOS IURIS</i> AO NOVO PERFIL MINISTERIAL Millen Castro Medeiros de Moura	155
O BEM JURÍDICO PENAL COMO PARADIGMA PARA UMA POLÍTICA CRIMINAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO Nelson Félix do Nascimento	173
PARTE II Prática Forense	187
PETIÇÃO INICIAL EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA - FENILCETONÚRIA Luiz de Albuquerque Medeiros Filho Ubirajara Ramos dos Santos	189
DECISÃO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA - FENILCETONÚRIA Fábio José Bittencourt Araújo	197
PRONUNCIAMENTO SOBRE A LEI ESTADUAL Nº 6.806, DE 22 DE MARÇO DE 2007, EM SESSÃO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DE 2 DE MAIO DE 2007 Antiógenes Marques de Lira	205
ALEGAÇÕES FINAIS COM PEDIDO DE PERDÃO JUDICIAL A RÉU COLABORADOR Stela Valéria Soares de Farias Cavalcanti	215